

Metropolização tem reunião dia 8

Rebatendo nota oficial onde é criticado pelos vereadores da Câmara da Serra pelo seu empenho na criação da Região Metropolitana da Grande Vitória, o prefeito Vitor Buaziz



Foto de Alton Lopes
Vitor: resposta

(PT) disse ontem que a publicação "não tem fundamento a não ser para aqueles políticos que estão acostumados a fazer acordos querendo alguma coisa em troca".

Na próxima segunda-feira, às 8 horas, os cinco prefeitos da Grande Vitória vão se reunir no gabinete do prefeito da Serra, Aduato Martinelli, com o objetivo de discutir a redação de um protocolo de intenções, onde será preservada a autonomia dos municípios mesmo após a instalação da Região Metropolitana.

Maioria

A nota da Câmara foi publicada

AJ1363

Professor da Ufes esclarece dúvidas

O especialista em políticas públicas e professor da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Roberto Simões, esclareceu ontem as dúvidas apresentadas por 16 vereadores da



Foto de Chico Guedes
Simões: clareza

Serra quanto à política de gerenciamento da Região Metropolitana da Grande Vitória. Os vereadores, em nota oficial publicada no jornal A GAZETA, questionaram a falta de definição quanto à forma de gerir a "grande cidade", caso a criação da Região Metropolitana seja aprovada. "Todo o processo de implantação da Região consta na Constituição estadual, que deixa claros os itens relativos à questão", ressaltou o especialista.

Conforme explicou Simões, a Constituição estadual estabelece a realização de plebiscito para a criação da Região Metropolitana. Em caso de aprovação, a Constituição prevê que serão definidas propostas de anteprojeto de lei dispendo sobre a criação, organização e composição de

na edição de ontem de A GAZETA e o presidente João Luiz Castelo afirma ter o apoio de 16 dos 19 vereadores. Nela os vereadores dizem que não podem correr o risco na autorização de um plebiscito, para se decidir se a região será criada ou não, sem a definição das políticas de gerenciamento e distribuição da receita, da política tributária e de incentivos de cada município, lembrando ainda a necessidade de esclarecimento da população.

Os parlamentares dizem que Vitor Buaziz está aparecendo como "um salvador da pátria após a Serra ter sido prejudicada na questão de limites, em 1963, quando Vitória ficou com o Porto de Tubarão, beneficiando-se com a arrecadação de impostos. Os vereadores ainda afirmam que "o prefeito de Vitória não conseguiu, isoladamente, levantar recursos junto ao Banco Mundial e vislumbrou, com a criação da Região Metropolitana, uma saída para resolver seu problema específico".

"Acho estranha a declaração de João Luiz Castelo a respeito da questão dos limites — rebateu Vitor —

porque três meses atrás ele esteve em meu gabinete e conversamos sobre a possibilidade de encontrarmos uma fórmula para se utilizar 50% do ISS da Vale que estão sendo depositados em juízo em razão da disputa entre os dois municípios. Inclusive, ele assinou um protocolo de intenções onde as prefeituras se comprometiam a fazer um trabalho integrado e já visando à região metropolitana. Ele tem de prestar contas disso aos outros vereadores.

Vitor garante ter o apoio dos demais prefeitos da Grande Vitória no sentido de que a nota dos vereadores não tem fundamento. "É inconcebível uma publicação como essa. Se tivessem interesse, como dizem, na região metropolitana, já teriam enviado o nome do representante da Câmara para estudar a questão, como ficou acertado há oito meses", observou.

A reunião de segunda-feira no gabinete de Aduato Martinelli deveria ter sido realizada ontem no gabinete do prefeito de Vila Velha, Jorge Anders, mas houve um desencontro entre os prefeitos.

unidades regionais. "Isso significa que a forma de gestão será definida posteriormente ao plebiscito, conforme a própria Constituição", esclareceu Simões, que reforçou que o gerenciamento acontecerá através de co-gestão, implicando na formação de um Conselho Metropolitano.

"O Conselho, com caráter deliberativo, terá um órgão técnico de apoio, cuja função será de executar o planejamento metropolitano, o que sugere uma administração democrática", como informou Simões. O professor adiantou que a Constituição garante a participação de três setores no Conselho: prefeituras, Governo do Estado e sociedade civil. Caberá à Assembléia Legislativa a elaboração do Modelo Institucional.

Para o professor da Ufes as pessoas devem se preocupar em enviar propostas para o anteprojeto de lei que deliberará a forma de gestão. Com a finalidade de ampliar as discussões, Simões arrisca uma sugestão: "O Conselho Metropolitano deve ser composto de, no máximo 20 pessoas, entre eles, os cinco prefeitos da Grande Vitória, cinco representantes do Governo Estadual, incluindo o governador, é claro, e mais 10 representantes da sociedade civil,

compreendendo empresários, trabalhadores, comunidades, e entidades ligadas à melhoria da qualidade de vida". Com a idéia, o professor acredita que a viabilização da co-gestão, prevista na Constituição do Estado, estará facilitada.

"Se fossem enviadas sugestões o leque de debate acerca da implantação da Região Metropolitana seria ampliado consideravelmente", assegurou. Simões está certo de que com o Conselho estará garantida a democratização no gerenciamento, como o acréscimo do coordenador desse colegiado não terá poder de decisão isoladamente, tudo terá de ser definido com o aval do conjunto dos integrantes.

Conforme Simões, a polêmica ficará por conta mesmo do poder de voto dos representantes do Governo do Estado no colegiado. Isso porque até agora o Governo do Estado foi um "prefeito metropolitano" da área e algumas restrições quanto à participação efetiva de seus representantes no Conselho podem surgir.

Simões reafirmou que, com a criação de uma nova forma de administração da Grande Vitória, não haverá redução nos recursos provenientes do ICMS.